

Aquisição da linguagem e enunciação: a apropriação da língua pela criança

letrônica

Aline Lorandi*

1 Introdução

O trabalho aqui apresentado dedica-se a uma forma muito recente e nova de olhar para a aquisição da linguagem, que tem como fundamentação teórica a Teoria Enunciativa de Benveniste. O modelo de estudo voltado para a aquisição da linguagem foi desenvolvido por Silva (2007) e se baseia nos pressupostos da teoria benvenistiana. A autora entende que a expressão “aquisição da linguagem” compreende dois termos: sujeito e linguagem. Dessa forma, após percorrer os estudos sobre aquisição já realizados por outras linhas teóricas, Silva identifica uma “falta”, que diz respeito ao tratamento da aquisição pela Teoria Enunciativa, que olha para a singularidade do dizer da criança e não para as regularidades, o que normalmente se verifica nos trabalhos mais tradicionais sobre a aquisição da linguagem. Também para diminuir essa “falta” nos estudos de aquisição sob um olhar enunciativo, propomos a presente análise.

Para Benveniste (1958, p. 285) “é um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem”. Assim, um modelo que pretenda analisar a aquisição da linguagem sob uma perspectiva enunciativa tal como a de Benveniste não pode conceber o homem afastado do mundo, da fala e da sua cultura, já que, como afirma o autor (op. cit., p. 286) “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta a realidade que é a do ser, o conceito de “ego”. A noção de sujeito, por sua vez, leva à noção de subjetividade, ou seja, a “capacidade do locutor para se propor como “sujeito” (BENVENISTE, op. cit., p. 286). Se a linguagem constitui o homem enquanto sujeito, os termos sujeito e linguagem que Silva enxerga na expressão “aquisição da linguagem” formam

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, bolsista CNPq e autora da dissertação intitulada “Formas Morfológicas Variantes na gramática infantil: um estudo à luz da Teoria da Otimidade.

uma unidade, são indissociáveis, e uma análise como essa tem de abordar o sujeito em sua relação com a realidade que cria e recria a cada ato de enunciação.

2 A teoria enunciativa de Benveniste

Como disse o célebre lingüista Saussure (1916, p. 15), “é o ponto de vista que cria o objeto” e, partindo dessa prerrogativa, precisamos definir o que é linguagem para Benveniste antes de propormos, a partir de seus conceitos, uma análise enunciativa para dados de aquisição da linguagem.

Benveniste (1958, p. 288-289) afirma que a linguagem é a possibilidade da subjetividade e, por isso, só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso. É a instalação da subjetividade na linguagem que cria a categoria de pessoa. O autor afirma que a linguagem é tão marcada pela expressão da subjetividade que se pergunta se, construída de outro modo, ainda poderia funcionar e chamar-se linguagem. Além disso, Benveniste entende que a linguagem está de tal forma organizada que permite a cada locutor *apropriar-se* da língua toda, designando-se como eu. O locutor, segundo esse teórico (1970, p. 84), se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos e de procedimentos acessórios. O autor diz que, enquanto realização individual, “a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de apropriação”.

A língua, para Benveniste (1967, p. 227), tem duas maneiras de ser língua no sentido e na forma: uma delas é a semiótica e a outra é a semântica. A unidade semiótica é o signo, o qual é dotado de significação na comunidade daqueles que fazem uso de uma língua. A totalidade dos signos forma a totalidade da língua, sendo que cada signo entra em uma rede de relações e de oposições com os outros signos que o definem, que o delimitam no interior da língua. Tudo o que é semiótico é intralingüístico, assim como o que diz respeito ao domínio da língua “em emprego e ação” (BENVENISTE, 1967, p. 229) remete à noção de semântica. Em suma, Benveniste acredita que há duas modalidades fundamentais da função lingüística, a de significar para a semiótica e a de comunicar para a semântica. Quando o autor afirma (op. cit., p. 227) que “significar é ter um sentido, nada mais”, entendemos que essas duas “modalidades” são indissociáveis, interdependentes. Além disso, o autor considera que “tudo o que é do domínio do semiótico tem por critério necessário e suficiente que se possa identificá-lo no interior e no uso da língua”, o que reforça a relação entre língua e uso, entre significação e sentido.

Sobre enunciação, conceito chave de toda a sua teoria, Benveniste (1970, p. 82) a conceitua como sendo “o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado”.

Esse ato permite ao locutor mobilizar a língua por sua conta, e é o envolvimento do locutor com a língua que determina os caracteres lingüísticos da enunciação, os quais marcam essa relação. Antes da enunciação a língua é apenas possibilidade de língua, conforme afirma Benveniste (op. cit., p. 82-83) e, portanto, enunciação consiste em colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização. Dessa forma, o autor considera que “a enunciação supõe a conversão da língua em discurso”.

Um *eu*, entretanto, não é empregado pelo sujeito a não ser que esteja se dirigindo a alguém, que será, na locução, um *tu*. Essa polaridade das pessoas é, na linguagem, segundo o autor (1958), condição fundamental. Benveniste (1970) considera que, no momento em que se declara *eu*, o locutor assume a língua e implanta o outro diante de si, independente do grau que atribua a esse outro. Desse modo, toda enunciação é, direta ou indiretamente, uma locução e postula um alocutário (TU).

Benveniste (1970, p. 86) afirma que a enunciação fornece as condições necessárias para as funções sintáticas, já que o enunciador, no momento em que se serve da língua para influenciar de algum modo o comportamento do outro, dispõe de um aparelho de funções, que são a interrogação, a intimação e a asserção. A interrogação, segundo o autor, é uma enunciação construída para suscitar uma resposta, constituindo um comportamento com dupla entrada. A intimação (ordens, apelos concebidos em categorias como o imperativo, o vocativo) implica “uma relação viva e imediata do enunciador ao outro numa referência necessária ao tempo da enunciação”. A asserção, por sua vez, em seu “rodeio sintático” e em sua entonação, comunica uma certeza, manifestação mais comum da presença de um locutor na enunciação.

A mobilização da língua e sua apropriação são, para o locutor, “a necessidade de referir pelo discurso e, para o outro, a possibilidade de co-referir”. A referência é parte integrante da enunciação, como aponta o autor (1970, p. 84). Essas condições vão reger todo o mecanismo de referência no processo de enunciação, criando uma situação muito singular, em que a presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno. A relação constante e necessária entre o locutor e sua enunciação é estabelecida por um jogo de formas específicas, tais como a emergência dos índices de pessoa (a relação eu-tu), que não se produz senão na e pela enunciação, em que o termo *eu* denota o indivíduo que profere a enunciação, e o termo *tu*, indivíduo estabelecido como alocutário. O que em geral caracteriza a enunciação, nas palavras de Benveniste (1970, p. 87), “é a acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo”, o que remete ao quadro figurativo da enunciação, em que há duas

figuras igualmente necessárias, sendo uma o início e a outra o fim da enunciação. Essa é a estrutura do diálogo. Na estrutura do diálogo, encontramos um locutor, que diz *eu* para um *tu*, e que, assim se enuncia, instaurando-se no uso da língua. Vejamos como podemos relacionar a teoria enunciativa e a aquisição da linguagem, sob o ângulo do uso da língua, sempre único, singular.

3 Aquisição da linguagem e enunciação

Uma pesquisa acerca da aquisição da linguagem à luz de uma teoria enunciativa, como explica Silva (2007, p. 122), leva à formulação de duas questões: a) “o que diferencia uma perspectiva enunciativa de outras perspectivas?” e b) “que explicação para o fenômeno “aquisição da linguagem” pode ser produzida por uma teoria enunciativa e não por outra?”. A autora (op. cit., p. 132) entende que a criança, no momento em que começa a utilizar a linguagem já se encontra inserida em um mundo que já está nomeado, “mas ela precisa recriá-lo para instituir-se como sujeito, mostrando no seu dizer a sua posição de sujeito num dado espaço e num dado tempo”. Essa atividade de reconstrução é realizada a cada ato enunciativo.

Ao verificar a estrutura dos termos enunciação e aquisição, Silva (op. cit., p. 139) destaca o que lhes é comum, ou seja, a forma sufixal *-ção* e sua correspondente significação, afirmando que “o sufixo *-ção*, conforme Cunha (2001, p. 98), significa “ação ou resultado dela”, o que nos leva a destacar, no par *enunciação* e *aquisição*, a noção de ato aí imbricada: *enunciação* é “ato de enunciar na língua” e *aquisição* é “ato de adquirir uma língua”. É importante destacar, tal como o faz Silva (op. cit., p. 140), que, a partir de uma perspectiva lingüística da enunciação, não se pode falar em repetição e em homogeneização de dizeres, já que cada enunciação é sempre única e irrepitível, e que o tempo *agora*, o espaço *aqui* e as pessoas *eu* e *tu*, cada vez que a língua é enunciada, são sempre únicos.

As teorias enunciativas elegem fenômenos que são inerentemente heterogêneos, mas que se unificam pelo “pressuposto de que a ordem própria da língua se atualiza no discurso, ou seja, na instância de uso da língua”, como aponta Silva (op. cit., p. 141). Isso possibilita, como observam Flores e Teixeira (2005 apud Silva, 2007, p. 141), que qualquer fenômeno lingüístico possa ser estudado em termos de enunciação, já que sua existência depende do sujeito que o enuncia. Desse modo, entendemos que a teoria enunciativa de Benveniste possibilita ao estudioso da aquisição da linguagem abarcar a heterogeneidade e a riqueza na explicação de fenômenos diversos da fala infantil, o que constitui uma vantagem da teoria sobre aquelas que abarcam apenas a regularidade, a homogeneização do processo de aquisição de uma língua. É importante salientar que, como explica Silva (2007, p. 142), a Teoria da Enunciação apresenta princípios enunciativos teóricos e não um modelo de análise

propriamente dito, e é justamente por esse motivo que ela opta por essa teoria, já que pode propor um modelo para a aquisição a partir desses princípios.

Silva (2007, p. 134), retomando Benveniste (1970, p. 82), afirma que a estrutura enunciativa permite observar: a) o próprio ato; b) as situações em que se realiza e c) os instrumentos de realização. A observação do ato compreende a figura do locutor como elemento necessário da enunciação, que se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição, instaurando, nessa apropriação, um alocutário, explícito ou implícito. A situação, prevista nessa estrutura, estabelece a relação entre a enunciação e o mundo, em que existe, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso e, para o alocutário, a de co-referir. Com relação aos instrumentos, Silva (2007, p. 135) destaca três aspectos abordados por Benveniste, que são: 1) os índices de pessoa que se produzem na e pela enunciação – o eu/tu marcando a pessoa e o ele a não-pessoa; 2) os índices de ostensão como “este”, “aqui”, etc., que trazem a instância do termo, o que ele chama de “indivíduos lingüísticos”, opondo-se a termos nominais que remetem a conceitos e 3) as formas temporais, que se determinam em relação ao centro da enunciação, já que o “presente” traz o “agora”, marcando a inserção do discurso no mundo. As noções de passado e de futuro serão depreendidas desse “agora”, como o que vai se tornar presente e o que já não o é mais. A partir dessa estrutura, Silva traz seu entendimento sobre como explicar a aquisição da linguagem:

(...) o presente formal não faz senão explicitar o presente inerente à enunciação, que se renova a cada produção do discurso, delimitando por referência interna o que vai tornar presente e o que já não o é mais. Isso nos encaminha a explicar a aquisição da linguagem não como evolução, conforme uma *perspectiva desenvolvimentista*, mas como *apreensão*, visto a criança, ao mesmo tempo em que constitui a língua com o “outro”, ser constituída pela *estrutura* da língua, em que cada ato de enunciação, ao inserir seu discurso no mundo, é marcado por uma nova relação com a “língua” e com o “outro”. (SILVA, 2007)

Visto que a língua, para Benveniste, é sempre mediação, seja homem/homem, homem/sociedade ou homem/cultura, relacionada à questão da aquisição da linguagem, Silva (op. cit., p. 145) explica que a criança ocupa uma posição intersubjetiva com o “outro”, em geral o adulto, já que, como afirma Benveniste (1963/1995, p. 31 apud Silva, 2007, p. 145), “a criança nasce e desenvolve-se na sociedade dos homens. São homens adultos, seus pais, que lhe inculcam o uso da palavra”. O “sujeito¹ da aquisição da linguagem”, tal como configurado por Silva (op. cit., p. 150), é, “ao mesmo tempo, *cultural*, porque imerso na cultura, da

¹ A noção de “sujeito da enunciação” não se encontra na teoria de Benveniste tal com proposta por esse autor, mas é sugerida por Flores (1999), seguidor dessa teoria, e, desse conceito de “sujeito”, Silva concebe o “sujeito da aquisição da linguagem”. Para Flores (1999, p. 202 apud Silva, 2007, p. 158), “o sujeito da enunciação é aquele constituído pela relação intersubjetiva e que possibilita a passagem da intersubjetividade à subjetividade, ou seja, a passagem de um nível constitutivo para um nível de aparente unidade”.

alocução ou *dialogico*, porque constitui e é constituído na esfera do diálogo e é *lingüístico-enunciativo*, porque é um sujeito produtor de referências e de sentido pelo/no discurso. É, nessa perspectiva, que concebemos a *subjetividade* e a *intersubjetividade* da/*na Aquisição da Linguagem*".

Segundo Silva (op. cit., p. 160), os primeiros sons produzidos pela criança já colocam em cena a intersubjetividade constitutiva da linguagem. É preciso que o outro a torne *sujeito* da aquisição para que a criança adquira linguagem. As irregularidades verificadas no dizer da criança apontam para a não-unicidade da língua definida em termos de relações e, por isso, para pensar em aquisição da linguagem, como avalia Silva (op. cit., p. 161), é preciso partir de uma noção de língua materna que comporte a singularidade que inscreve aquele que a articula, ou seja, o sujeito. O conceito de língua materna estabelece, portanto, a relação entre o regular (a língua, nível semiótico) e o irregular (a enunciação, nível semântico), já que essa relação envolve a questão da simbolização² de que a criança é capaz, e que é evidenciada no momento em que insere o *ele* (língua), ausente na relação eu-tu, e da heterogeneidade e do caráter único, irrepitível da enunciação, ato de apropriação individual da língua pelo locutor.

Para Silva (op. cit.), uma metodologia enunciativa para a aquisição da linguagem está ancorada no princípio de intersubjetividade. A partir da concepção de que as atividades discursivas da criança estão vinculadas às relações intersubjetivas e suas produções são concebidas como veiculadoras de sentido para o outro, Silva acredita que o diálogo é a instância de discurso "em que a criança se assume como *eu* e define, ao mesmo tempo, o outro como *tu*, constituindo, nesse espaço, referências para um mundo já construído". É nesse lugar intersubjetivo que se inicia a trajetória da criança como sujeito falante de sua língua materna, em que se instaura como sujeito, sob uma perspectiva de aquisição da linguagem como *ato*.

O processo de colocar a língua em funcionamento pela enunciação pode ser estudado, de acordo com Silva (op. cit.), sob diversos aspectos: 1) pela realização vocal da língua (aspecto mais perceptível); 2) pelo mecanismo dessa produção: a conversão da língua em discurso, por meio da observação de como o "sentido" se forma em "palavras" e 3) pelo quadro formal de sua realização: verificação de como as formas lingüísticas da enunciação se diversificam e se engendram.

² Silva (2007, p. 168) afirma que a faculdade simbolizante, relacionada à inserção da referência, do *ele*, como constitutiva do domínio da língua em ação, permite "a formação do conceito como distinto dos elementos concretos e insere o fundamento da abstração como capacidade que está na base das funções conceituais do homem e que, para Benveniste (1963/1995, p. 28), desperta muito cedo na criança, ao se conectar com a ausência".

A autora (op. cit.) destaca que é por meio de relações enunciativas que a criança se instaura na linguagem. De cada relação decorrem diferentes operações enunciativas no ato de aquisição da linguagem. Essas operações são explicitadas em um quadro (SILVA, 2007, p. 205) de forma didática e elucidativa.

Relações enunciativas diádicas	Caracterização das relações enunciativas	Operações enunciativas em Aquisição da Linguagem
eu-tu	- formação de uma <i>unidade constitutiva</i> pelo caráter de <i>pessoa</i> implicado em <i>eu e tu</i> .	- conjunção criança/outro
eu/tu	- relação de <i>transcendência</i> , em que <i>eu</i> institui o <i>tu</i> pela temporalidade, - relação de <i>interioridade</i> , em que <i>eu</i> é interior ao enunciado e exterior a <i>tu</i> .	- separação criança/outro, com a constituição de <i>eu</i> como pessoa subjetiva e como distinto de <i>tu</i> , pessoa não-subjetiva.
(eu-tu)/ele	- distinção pessoa (<i>eu-tu</i>) de não-pessoa (<i>ele</i>), - marcação da distinção presença/ausência, com a constituição da instância do discurso (presença) em relação com a instância da língua (ausência), - entrada de um terceiro como condição de presença entre <i>eu e tu</i> .	- estabelecimento da relação mundo/discurso como alavanca para a criança constituir a faculdade de simbolizar própria do homem de representar o real por um signo, - operação de semantização da língua (<i>ele</i>), com a entrada da criança no semiótica (língua).

QUADRO 1 – RELAÇÕES ENUNCIATIVAS DIÁDICAS EU-TU, EU/TU E (EU-TU)/ELE³

FONTE: SILVA (2007, p. 205)

De acordo com Silva (op. cit., p. 209), as enunciações, constituídas nas relações da criança com o outro se dão em dois planos: “1) como atos são sempre novas e realizam, a cada vez, a inserção do locutor em um movimento novo do tempo e em circunstâncias diferentes e 2) como discursos evidenciam os funcionamentos subjetivo, intersubjetivo e referencial da linguagem, através da atualização de marcas e funções da língua, que instanciam o locutor em sua relação com a enunciação e convocam o alocutário a se inscrever no ato enunciativo.

É buscando o espaço do singular, do irrepetível, da relação semiótico/semântico e da instauração da criança na linguagem por meio da enunciação que propomos a análise que segue, a partir de um recorte enunciativo ilustrado por Silva (op. cit., p. 238), dos dados da informante FRA (2;2.11)⁴.

4 Um olhar enunciativo sobre o dizer da criança: análise de dados

4.1 Metodologia

Tendo em vista que o trabalho de Silva, fonte de nossos dados, concebe o diálogo como instância de discurso em que a criança se assume como *eu* e, ao mesmo tempo, define o *tu*, produzindo dizeres veiculadores de sentido para o outro, todas as entrevistas realizadas para a constituição do *corpus* apresentam configurações dialógicas entre a criança e a mãe, o pai, a tia (investigadora), os irmãos, a avó, a babá e outras pessoas de seu convívio. As entrevistas foram filmadas, já que a relação dialógica também prevê, além das produções de fala, os gestos produzidos pelos participantes do diálogo e outros elementos do contexto que possam ser relevantes para a análise. Os dados foram coletados longitudinalmente.

A informante, Francisca (FRA), é uma criança brasileira, exposta exclusivamente ao Português como língua materna, de classe média-baixa, residente na região metropolitana de Porto Alegre. A criança, na idade em que foram realizadas as coletas, não freqüentava escola de educação infantil, portanto, seu contato com crianças se dava apenas nos encontros familiares, com primos e filhos de amigos dos pais. Seu convívio era com os pais, irmãos e demais adultos da família, também brasileiros residentes na mesma região.

4.2 Recorte enunciativo: os dados

³ Silva considera *eu-tu* uma relação de conjunção entre as pessoas do discurso; *eu/tu*, uma relação de disjunção, em que um se opõe ao outro como pessoa do discurso e *(eu-tu)/ele* como a relação de disjunção entre as pessoas do discurso (*eu-tu*) e a não-pessoa (*ele*).

⁴ Dois anos; dois meses. onze dias.

Selecionamos, dos dados de Silva, um dos recortes que ela fez para sua análise, em que podemos observar a discordância do *eu* sobre a designação que o *tu* lhe atribui, como aponta a autora (op. cit., p. 238), e veremos como este *eu* (criança) o faz. Toda a configuração da transcrição dos dados foi realizada da forma como se encontra no trabalho de Silva⁵.

(1) Recorte enunciativo

Participantes: CAR (tia, filmando); PAI; MÃE e EDU (irmão de 7 anos), MIC (amigo do PAI) e LUC (dindo)

Data da entrevista: 16/12/2002

Idade da criança: 2;2.11

Situação: FRA está em sua casa, interagindo com os familiares.

Com⁶: o PAI de FRA conversa com MIC, amigo de seu PAI, e LUC, dindo. FRA observa a interação entre eles. Depois MIC começa a provocar FRA.

- 1 MIC: tu é feia
2 FRA: é feia
3 MIC: ai meu juelhu, ai meu juelho
4 FRA: ai meu juelho
5 MIC: olha tu machucô o juelho ta saindo sangui ó
6 FRA: aindu sangui⁷
7 MIC: saindu sangui aí
8 FRA: eu vô saí sangui
9 MIC: tu é feiosa
10 FRA: é feiosa
11 MIC: eu não vou te dá cachorru
12 FRA: não @⁸ não dô cachorro
13 EDU: [= risos]
14 FRA: viu?
15 MIC: **tu é feia, feiz cocô nas calça**⁹
16 FRA: **feiz cocô a calça**
17 PAI: **feiosa**
18 FRA: **fiosa é tu**
(...)
19 MIC: **tu é feiosa**
20 FRA: **é fiosa**
21 MIC: eu vô atirá uma pedra em ti agora @ tu é feiosa
22 FRA: ãh?
23 CAR: [= risos]
24 MIC: tu é feiosa
25 FRA: é fiosa
26 MIC: eu não gostu de ti
27 FRA: não?
28 MIC: não

⁵ Para maiores detalhes, sugerimos a leitura do capítulo 7 da tese de Silva.

⁶ Com = Comentário

⁷ A autora registra com letra maiúscula o tom ascendente e sublinha os trechos em que há declínio do tom.

⁸ @ = pausa breve.

⁹ Em negrito estão os trechos que a autora considerou relevantes para a análise do mecanismo enunciativo em análise.

- 29 CAR: [= risos]
 30 MÃE: [= risos]
 31 PAI: o que qui ela disse?
 32 FRA: não gósa de ti [= risos]
 33 CAR: [= risos]
 34 FRA: [= risos]
 35 CAR: o Mica não gosta de ti?
 36 FRA: ah ah XXX **NÃO QUÉO FIOSA**
 37 CAR: hein Queca o Mica não gosta de ti?
 38 FRA: **NÃO**
 39 CAR: mas qui danadu!
 40 MIC: eu não gostu de ti
 41 FRA: não dexu
 42 MIC: eu não gostu de ti
 43 FRA: não gósu de ti [= apontando para MIC]
 44 MIC: **tu é feia**
 45 FRA: **é feio**

4.3 Análise dos dados

O que observamos nesse recorte é um *eu* (criança) que passa do espelhamento da fala do outro para a enunciação de sua posição enquanto locutor, momento de sua instauração no discurso, por meio de recursos diversos, os quais constituem foco de nossa investigação. Para facilitar a análise, referir-nos-emos aos números dos segmentos do discurso, correspondentes a cada um dos atos enunciativos apontados no recorte. Faremos, também, para fins de análise, uma divisão entre os “assuntos” desse recorte, designando “ato enunciativo 1” para “tu é feiosa” e “ato enunciativo 2” para “não gosto de ti”, ambos de responsabilidade do participante MIC, em torno dos quais se desenvolve o diálogo.

Verificamos que até o segmento 10, FRA parece apenas repetir os dizeres de MIC, não marcando por índices específicos sua posição de locutor, ou seja, FRA parece não se apropriar, nesse momento, do aparelho formal da língua para enunciar sua posição de autor do discurso. Esse tipo de produção é comum na fala da criança e é caracterizado por de Lemos (1982) como forma não-analisada, em que a fala do adulto é espelhada na fala da criança.

No segmento 12, FRA utiliza a marca de primeira pessoa no verbo “dar”, retomado do segmento 11, de MIC, produzindo “não dô cachorro”. Essa é a primeira vez, neste recorte, que FRA apresenta indícios de apropriação da língua, de índices que marcam o “eu” da enunciação, instaurando-se no discurso.

A partir do momento em que o PAI entra no discurso, no segmento 17, FRA instaura-se como *eu*, discordando da designação que o *tu* lhe atribui. Por meio da definição do *tu* no seu dizer, o *eu* (FRA) enuncia sua posição de discordância: “fiosa é tu”, retomando o “fiosa” do segmento anterior, do PAI, e apropriando-se desse uso para atribuir ao *tu*, e não a si

mesma, a qualidade de “fiosa”. É importante salientar, como afirma Silva, que FRA demonstra ser um sujeito *cultural*, porque imerso em uma cultura em que ser “feiosa” é ruim; *dialógico*, visto que constitui e é constituído na esfera do diálogo com MIC e com o PAI, e *lingüístico-enunciativo*, o que se evidencia pela produção da referência a “feiosa”, conceito partilhado entre sua comunidade de fala, e pelo sentido que atribui do adjetivo “feiosa”, negando-o. Imaginamos que FRA enuncia sua discordância primeiramente no diálogo com o PAI dada sua relação de intimidade com este *tu*. Isso parece ser confirmado pelo fato de que, com MIC, ela continua repetindo falas, sem dizer “eu” ou utilizar qualquer marcação de primeira pessoa, nos segmentos 20 a 25.

No momento em que MIC faz asserção “eu não gostu de ti”, no segmento 26, em que, segundo Benveniste, comunica uma certeza, FRA se enuncia por meio de uma interrogação, no segmento 27, chamando o *tu* a responder. A interrogação é outro recurso que o *eu* (FRA) utiliza para enunciar sua posição frente ao *tu*, estabelecido no discurso, revelando a intersubjetividade característica da enunciação.

Quando o PAI, no segmento 31, após os risos, pergunta “o que qui ela disse?”, FRA assume a posição de *eu*, já que a pergunta era sobre ela, embora não se dirigisse a ela, apropriando-se do uso da língua e marcando sua posição enquanto locutor, mas, ao mesmo tempo, retomando o discurso de MIC, referente a ela. Quando FRA diz “não gósa de ti”, ela não apresenta índices de primeira pessoa porque está falando por MIC. Os risos que se seguem após essa fala indicam que FRA está atribuindo sentido aos risos produzidos por CAR e pela MÃE, constituindo-se e sendo constituída na esfera do discurso, que não é só fala, mas também risos.

No segmento 35, a tia CAR pergunta a FRA “o Mica não gosta de ti?”, e ela retoma os enunciados anteriores, referente ao ato enunciativo 1, afirmando “NÃO QUÉO FIOSA”. A questão de CAR não obteve resposta de FRA, enquanto *tu*, mas FRA, assumindo a posição de *eu*, enunciou, com essa asserção, seu não contentamento por ter sido chamada de “feiosa”. Como afirma Silva (2007, p. 267), “cada ato enunciativo carrega as marcas de atos enunciativos anteriores, o que faz com que o locutor (criança), na história de suas enunciações, constitua a língua e, concomitantemente, seja por ela constituído”. A história de suas enunciações, por meio da qual a criança constitui sua língua materna e o sistema de representações de sua cultura faz com que se estabeleça como sujeito de linguagem. Acreditamos que o segmento 36, de FRA, ilustre bem a constituição desse *eu* como sujeito de linguagem e da aquisição da linguagem, já que visualizamos marcas de atos enunciativos

anteriores nesse dizer de FRA, que é construído pelo/no discurso por meio das representações da cultura na qual está inserida.

Em seu questionamento, CAR volta ao ato enunciativo 2, referente ao dizer de MIC, retomando seu questionamento anterior, que ficou sem resposta. Quando se dirige a FRA, CAR (*eu*) pergunta “hein Queca o Mica não gosta de ti?”, estabelecendo o *tu* (Queca) e chamando-o a responder. FRA responde “NÃO” e mostra sua insatisfação/desgosto por meio do tom ascendente de seu dizer. Benveniste considera que a interrogação é uma enunciação construída para suscitar uma resposta, constituindo um comportamento com dupla entrada, e os segmentos 37 e 38 ilustram essa noção.

Quando MIC, no segmento 40, volta a afirmar “eu não gosto de ti”, estabelecendo a FRA o lugar de *tu*, esta enuncia sua posição de *eu*, agora ainda mais determinada: “não dexu”. Com esse dizer, FRA não só registra sua insatisfação/desgosto e sua discordância com o dizer de *tu*, como também busca um verbo que repele o dizer do outro com a proibição “não dexu”. Essa “busca” estabelece a relação semiótico/semântico, visto que o locutor se utiliza dos recursos da língua (semiótico), atribuindo-lhes sentido no discurso (semântico). Esse sentido, único e irrepetível, é atribuído apenas na relação deste *eu* com este *tu*, na situação dialógica que se estabeleceu entre os dois. A significação desse verbo (“dexu”) na língua nada nos diz a não ser no momento em que *eu* e *tu* atribuem um sentido a ele no discurso.

Nos segmentos seguintes, 42 e 43, MIC volta a afirmar “eu não gostu de ti”, e FRA, no momento em que assume a posição de enunciador, utiliza um índice, ainda não utilizado, para marcar sua enunciação: o pronome pessoal “eu”. Dessa forma, FRA apropria-se da língua para evidenciar seu papel de enunciador e faz do dizer do outro o seu dizer, marcando-o com o pronome “eu”. Além de seu dizer, FRA ainda utiliza o gesto de apontar, para estabelecer o *tu* desse diálogo: “não gósu de ti [= apontando para MIC]”.

Na última entrada de MIC como locutor neste recorte, ele retoma o ato enunciativo 1 (“tu é feiosa”), comunicando ao seu *tu* (FRA), de forma assertiva: “tu é feiosa”. FRA agora, diferentemente do segmento 18, em que utiliza o “tu” para fazer menção à sua discordância com relação ao alocutário (PAI), e igualmente diferente dos momentos em que repete a fala de MIC, FRA dirige-se ao seu *tu* (MIC) e, marcando sua discordância com relação ao seu dizer e, ao mesmo tempo, trazendo as marcas de sua cultura e índices que marcam a diferença entre masculino e feminino, diz: “é feio”. Apesar de não registrar o pronome “tu”, FRA não mais repete, mas diferencia-se desse *tu* pela marca de masculino no adjetivo “feio”. Ao fazer uso desse recurso da língua, FRA mostra que o adjetivo “feio” não se refere a ela, mas ao *tu*, que é do sexo masculino.

Com esse uso da distinção feminino/masculino, FRA demonstra que os níveis semiótico e semântico da língua são uma unidade e que a significação da forma semiótica só adquire sentido no uso, no emprego dos termos no discurso. Essas noções gêmeas, de que fala Benveniste (1967) – forma e sentido – evidenciam seu papel também na fala da criança, que busca na forma “o” o estabelecimento de uma das pessoas do discurso – o *tu*, atribuindo sentido a essa forma no seu emprego, constituindo e sendo constituída na instância do diálogo, em que ela representa o feminino e o seu alocutário, o masculino.

5 Algumas considerações

Esses dados revelam a singularidade da fala da criança e evidenciam a necessidade de olharmos para tais dados de forma a valorizar o caráter único e irrepetível, sempre novo, de cada dizer da criança. A relação eu/tu, ilustrada com esses dados de Francisca, reforça as condições fundamentais de subjetividade e de intersubjetividade de que fala Benveniste. O uso do aparelho formal da língua pela criança, no momento em que se enuncia como *eu*, atribuindo papel a um *tu*, em um tempo que é o *agora* e em um espaço que é o *aqui*, em uma relação de intersubjetividade, inscreve a criança como sujeito no próprio “âmago do sistema lingüístico” (SILVA, op. cit., p. 230), evidenciado pelo uso de certas categorias particulares e de recursos lingüísticos para marcar aquilo que diz. O último segmento apresentado, por exemplo, mostra o uso de uma forma lingüística específica (o sufixo de masculino) que a criança utiliza para marcar o processo de enunciação no enunciado, designando com essa forma o seu alocutário e, por oposição, a si mesma como o *eu* que se enuncia, distinto desse *tu*.

Esse movimento de separação criança/outro é indicado por Silva (op. cit., p. 205) como sendo uma operação enunciativa, referente à relação diática eu/tu, em que se configuram uma relação de transcendência, em que o *eu* institui o *tu* pela temporalidade, e uma relação de interioridade, em que *eu* é interior ao enunciado e exterior a *tu*.

Nos dizeres de FRA, podemos observar os três aspectos a que se refere Silva (op. cit., p. 251) quando menciona a linguagem sob uma perspectiva enunciativa: 1) a enunciação e o sistema de referências, revelados pela referência interna, o *eu*, sobre o qual discorrem os assuntos deste recorte, em um determinado tempo e em um determinado espaço; 2) a possibilidade de atualização intersubjetiva, marcada pela enunciação do *eu* (FRA), que estabelece com o *tu* uma relação dialógica, independente de quem seja esse *tu*, e que constitui e é constituído nessa relação; 3) os valores culturais como constitutivos do ato de enunciar, evidenciados pelo descontentamento que FRA demonstra ao ser chamada de “feiosa”, que é uma caracterização não boa, e ao ouvir de MIC que ele não gosta dela. Em seu quadro de

valores culturais, essas duas asserções constam como negativas e, portanto, FRA enuncia seu descontentamento de diferentes formas, discordando de seu alocutário em suas afirmações. Silva avalia que, “ao tratar a cultura como um conjunto complexo de representações organizadas por um sistema de relações e valores, Benveniste (1963/1995; 1968/1989) considera a existência de um simbolismo que articula homem, língua e cultura em uma relação de integração necessária”. O homem manifesta esse simbolismo cultural, no qual se encontra imerso, por meio da linguagem. Benveniste (1968/1989, p. 24 apud Silva, 2007, p. 252) situa a língua como “um mecanismo inconsciente”, porque “é um mecanismo de significação” que mostra “a organização mental que resulta da experiência no mundo”. Os dados de FRA nos mostram que, desde muito cedo, a criança revela a organização mental que resulta da sua experiência no mundo, a qual é compartilhada pelas pessoas com quem convive e com quem configura o seu sistema de relações e de valores. Como afirma Silva (op. cit., p. 254), “o sistema de valores culturais é *constitutivo* do sujeito em seu exercício de linguagem”.

Como vimos, Benveniste concebe duas maneiras de constituição da língua: a semiótica, como instância do sistema da língua, e a semântica, como instância do uso da língua. A criança, quando se apropria da língua para enunciar-se e dizer “eu”, estabelece a relação entre essas duas maneiras de a língua ser língua, utilizando recursos lingüísticos para um uso específico, particular e sempre único em seu discurso, já que, como afirma Silva (2007, p. 267), “cada ato de aquisição da linguagem põe em cena a singularidade de cada sujeito na estrutura da enunciação, em que os sentidos e as formas produzidos constituem-se no próprio ato”.

É importante salientar, como o faz Silva (op. cit., p. 266), que “a enunciação situa-se no terreno da irrepetibilidade” e que, por isso, “uma análise enunciativa não generaliza os seus resultados, porque a especificidade do tempo, do espaço e dos sujeitos aí incluídos permite conceber o que há de singular na aquisição da linguagem para o sujeito em questão”.

O encontro da criança com a língua, tal como caracterizado por Silva (op. cit., p. 268), se configura nos ajustes de sentido com o seu alocutário, nos “caminhos da enunciação”, condição concedida pelo outro à criança para que ela habite a língua.

Ao encerrar essa análise, esperamos ter instigado o leitor a prender-se um pouco mais na singularidade do dizer da criança, revelador da riqueza da fala infantil e do processo de apropriação da língua. Olhar para o uso da língua no processo de aquisição da linguagem significa enxergar a língua viva nascer no indivíduo, e esse momento é tão merecedor de atenção quanto as regularidades do sistema, também evidenciadas por essa mesma fala, por essa mesma língua. Benveniste (1967, p. 222) afirma que “a língua serve para *viver*”, e é por

meio da língua que temos a oportunidade de ver a criança apropriar-se de seu modo único de viver, de expressar sua cultura, seus valores, de constituir e de ser constituída pela linguagem, na relação que estabelece com o outro, no discurso, na vida.

Referências

BENVENISTE, E. (1958). Da subjetividade na linguagem. In: *Problemas de Lingüística Geral I*. 5ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2005.

BENVENISTE, E. (1967). A forma e o sentido na linguagem. In: BENVENISTE, E. *Problemas de Lingüística Geral I*. 5ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2005.

BENVENISTE, E. (1970). O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, E. *Problemas de Lingüística Geral I*. 5ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2005.

De LEMOS, C. Sobre a aquisição da linguagem e seu dilema (pecado) original. *Boletim da Abralin*, 3, p. 97-126, 1982.

SILVA, C. L. C. *A instauração da criança na linguagem: princípios para uma teoria enunciativa em aquisição da linguagem*. 2007. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2007.